

DIRETRIZES DE PROGRAMAÇÃO NA TELEVISÃO PÚBLICA NO BRASIL

TIAGO NUNES SEVERINO
INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS
POUSO ALEGRE, MINAS GERAIS, BRASIL
E-MAIL: TIAGO.SEVERINO@IFSULDEMINAS.EDU.BR

[HTTP://DX.DOI.ORG/10.5902/2316882X21854](http://dx.doi.org/10.5902/2316882X21854)

DIRETRIZES DE PROGRAMAÇÃO NA TELEVISÃO PÚBLICA NO BRASIL

Resumo: Na mídia comercial, as decisões sobre a programação pertencem a um departamento ou ao dirigente do canal. Na TV pública, o que vai ser colocado na tela parte de uma série de observações, como a lei de criação, as normas internas e as medidas que emanam de instâncias de participação social. A partir do caso da TV Brasil, a proposta aqui é investigar quais são as diretrizes que determinam a programação de uma emissora pública de televisão.

Palavras chave: Programação televisiva; TV pública; TV Brasil.

DIRECTRICES PARA LA PROGRAMACIÓN DE LA TELEVISIÓN PÚBLICA EN BRASIL

Resumen: En los medios comerciales, las decisiones sobre la programación pertenecen a un departamento o el jefe del canal. En la televisión pública, las decisiones están en la ley de la creación, los reglamentos internos y las medidas que emanan de las instituciones de participación social. En el caso de la TV Brasil, la propuesta aquí es investigar cuáles son las directrices que determinan la programación de la televisión pública .

Palabras clave: Programación de televisión; La televisión pública; TV Brasil.

PROGRAMMING GUIDELINES ON PUBLIC TELEVISION IN BRAZIL

Abstract: In the commercial media, as decisions about programming belong to the department or the channel manager. Public TV, what will be placed on the screen part of a series of notes, as a law of creation, as internal rules and decisions from instances of social participation. From the case of TV Brazil, the proposal here is to investigate how guidelines that determine the programming of a public television.

Keywords: Television programming; Public TV; TV Brazil .

INTRODUÇÃO

Toda emissora tem uma área dedicada à programação. O tamanho e a disponibilidade de recursos desse setor vão variar de acordo com o canal. Em emissoras de pequeno porte, a decisão será exclusivamente do proprietário ou de um gestor. Em grandes empresas, os departamentos de programação analisam, entre outros fatores, a audiência e o retorno financeiro de cada emissão. E em veículos públicos, o que determina o que vai ao ar?

A proposta deste artigo é, a partir do caso da TV Brasil, fazer uma análise dos fatores que determinam as diretrizes de programação de uma emissora pública. A primeira seção é dedicada a fazer uma análise sobre as características e valores que devem reger um veículo desta natureza, bem como a relação de tais elementos com o projeto constitutivo do canal. A segunda seção procura identificar quais são os princípios que a programação da TV Brasil deve seguir. A última parte do texto toma como referência a grade de dezembro de 2015 para investigar como se organizam os programas e a relação deles com o projeto que legitima a emissora.

Uma consideração fundamental do trabalho é que o projeto da emissora e a grade de programação precisam estar alinhados. Se houver um desajuste, a emissora vai praticar um tipo de programação fora da finalidade para a qual existe e o público tende a reagir com comentários como “esse programa não é para essa emissora”.

1. PROGRAMAÇÃO NA TELEVISÃO PÚBLICA

Falar em uma televisão pública parece, à primeira vista, uma expressão redundante. Isso porque toda televisão é pública por ser uma concessão pública e também por ser de livre acesso. No entanto, Dines (2003) argumenta que o termo refere-se a um grupo de canais que compartilham parâmetros de narração, programação, concepção e apresentação opostos aos veículos privados.

Não existe um método universal de organização da programação televisiva. Teresa Otondo (2012) explica que a adoção de determinados métodos de gestão - e propriamente de funcionamento - reflete a cultura política de cada local. Um dos exemplos citados pela pesquisadora é a França. Segundo ela, como o setor de audiovisual daquele país é altamente controlado, a televisão pública francesa também tem critérios precisos e bem

delimitados.

Leal Filho (1997), em um trabalho sobre a BBC, da Inglaterra, traça um mapa das formas de controle e financiamento mais usuais da televisão pública em diversos países: 1) forte controle governamental (França, Grécia e Itália); 2) serviço público “puro” (Suécia, Dinamarca e Noruega); 3) serviço público de limitado apoio comercial (Alemanha e Holanda); 4) sistema misto, com forte regulamentação pública, tanto no setor comercial como no público (Reino Unido); 5) sistema misto, com fraca regulamentação sobre o setor comercial (Austrália, Canadá e Japão) e 6) livre mercado com sistema público marginal (Estados Unidos).

Diversos documentos internacionais delimitam quais os parâmetros devem nortear a televisão pública. O relatório da Unesco (2006), intitulado Radiotelevision de Servicio Publico faz um panorama do sistema regulatório em diversos países. Apesar das diferenças legais que marcam o sistema de radiodifusão ao redor do mundo, o documento da instituição lista quatro características que devem ser comuns à televisão pública. São elas:

a) universalidade: a difusão pública deve estar disponível para todos os cidadãos, assim o difusor público deve se dirigir a toda população, sem distinção;

b) diversidade: a diversificação acontece de três formas – os gêneros de programas, as audiências determinadas e os temas discutidos, a intenção é garantir a proximidade com as diversas camadas sociais e interesses da sociedade;

c) independência: a radiodifusão pública deve ser um fórum onde as ideias são expressas livremente. Este somente será possível se o difusor for independente. Isso acontece a partir do instante em que as formas de financiamento e gestão retiram o poder de decisão dos atos administrativos do Estado e entrega à sociedade civil;

d) diferenciação: não se trata apenas de produzir programas ou se dirigir a audiências que outros ignoram, mas se dirigir ao público sem exclusões. O princípio obriga a radiodifusão pública sempre a inovar.

Com esses valores, a radiodifusão pública não quer reinventar a estrutura de uma grade programação. Em termos de fluxo, o que vale para os veículos comerciais também se aplica para a televisão pública. Essa assertiva está baseada nas proposições de Machado (2000), sobre a estrutura circular da programação, de Jost (2007), que analisa as características de uma grade televisiva, e de Wolton(1996), que descreve a criação do laço

social.

Machado (2000, p.87) explica que a televisão alcança melhores resultados quanto mais a programação “for do tipo recorrente, circular, reiterando ideias e sensações a cada novo plano, ou então quando ela assume a dispersão, organizando a mensagem em painéis fragmentários e híbridos”.

Por sua vez, Jost (2007, p.49) argumenta que a grade de programação permite à televisão se incorporar à rotina doméstica. Produção de conteúdo e a distribuição do material ao longo dos horários pelas emissoras partem dessa análise sobre as expectativas e forma de composição do público que está diante da tela. Conforme o teórico, o desafio do programador é saber como captar a atenção do telespectador. Ainda segundo Jost, supõe-se equivocadamente que o sujeito pare suas atividades e se coloque diante do aparelho.

Jost cita um exemplo sobre como os horários podem ser adequados e assim tentar capturar a atenção do público. Para ele, os períodos do dia que permitem maior concentração são adequados à difusão de filmes (meio de tarde, fim de noite, domingo). Já nas horas de atenção dispersa são privilegiadas emissões que destaquem a fala e a força do discurso do apresentador, ou seja, emissões que fazem mais apelo ao ouvido do que aos olhos.

Pode-se dizer que a programação é o instrumento catalisador do laço social. De acordo com Wolton (1996, p.12), a característica do laço é reunir indivíduos e proporcionar a eles que, mesmos separados geograficamente, possam participar de uma atividade coletiva, o ato de assistir televisão.

Um dos fenômenos da programação apontados por Wolton (1996, p.227) é o de calendário e relógio da vida. “A vida cotidiana e nossa relação com o mundo são hoje inseparáveis dessa percepção de múltiplos programas que constituem tanto o nosso relógio do tempo imóvel quanto o do tempo histórico”. Análise que, de certa forma, ratifica as proposições de Jost para operação da grade de programação.

Por isso, a programação não é apenas um diagrama de horários, acessado pelo controle remoto da TV por assinatura ou encontrado nos guias de televisão dos jornais. Sua finalidade é ser um instrumento de ordenação dos diferentes regimes simbólicos que existem dentro da televisão, de forma a torná-los coerentes com as práticas da audiência disponível a cada momento.

Uma emissora, independente se pública ou privada, deve levar em consideração tais aspectos sob o risco de ter uma emissão que não consiga alcançar o público e se torne um monólogo televisivo. A diferença entre essas duas formas de televisão é que no canal que pretenda ser classificado como público há um grupo de diretrizes que ordenam, sobretudo, o sistema de produção, gestão e financiamento da emissora.

German Rey Beltran (2002), ao analisar o método de funcionamento da televisão pública latino-americana, afirma que os canais têm sido marcados por formas de gestão e operação que resultam em emissões enfiadas e de pouco atratividade.

Segundo Beltran, estabeleceu-se na região modelos de emissoras que não têm autonomia administrativa, política e financeira. Com isso, o conteúdo tem como única finalidade defender o governo mandatário. Outra prática de gestão condicionou as emissoras públicas a atenderem apenas a uma lógica excessivamente educativa e cultural. As duas formas, conforme Beltran, correspondem a uma deturpação do que deveria ser a televisão pública.

Em razão de tais aspectos, a programação dos canais latino-americanos é marcada por três tipos de matrizes, como explica Valerio Fuenzalida Fernandez (2002). A primeira dessas matrizes é a educacional-formal. O que interessa nesse modelo, segundo o teórico, são as emissões didática, como videoaulas. A segunda matriz é da alta cultura e do debate acadêmico. Nela, os programas são quase todos concertos, espetáculos de danças, balé e debates de cunho científico e acadêmico. Essa é entendida como a forma mais “prestigiosa” de fazer televisão, por acreditar que a função do meio é levar cultura à população. Por fim, há a matriz da propaganda política. Sem autonomia e presa às amarras institucionais, câmeras e microfones são apropriados para dar voz ao governo da vez.

Superar essas matrizes exige um redesenho institucional do canal. Não basta alterar a grade de programação, mas fazer com que a estrutura administrativa, jurídica e financeira sejam compatíveis com a proposta de um veículo público. Otondo (2012) cita o caso da TVN, do Chile, como um exemplo de uma emissora criada com finalidades partidárias, mas que, anos depois, passou ocupar uma posição mais relevante no dia a dia do povo chileno. A TVN deixou de ser parte de uma estrutura de poder político e tornou-se uma emissora capaz de competir pelas primeiras posições na audiência.

Otondo relata que as principais mudanças estruturais foram as seguintes: criação de um conselho diretor, criação de mecanismos públicos de financiamento, a gestão passou a lidar com exigências semelhantes de um veículo privado e o orçamento deixou de ser apenas uma verba pública anual. Em termos de programação, a prioridade foi dada ao jornalismo. No entanto, a grade comporta uma série de gêneros, como telenovela, talkshow, séries e documentários. A estrutura de operação da grade é de que os programas de maior apelo popular devem subsidiar aqueles programas restritivos (Ibidem).

Beltran (2002) propõe algo semelhante. Segundo ele, a programação pública deve assumir uma postura ora generalista, ora específica/especializada. Ou seja, uma televisão que atinja todos os públicos com respeito às minorias. Tornar isso efetivo vai depender da visão estabelecida para cada projeto de televisão com seus valores, diretrizes, estrutura normativa e princípios de administração.

1.1 Projeto do canal

Os caracteres ordenadores de cada programação vão constar no projeto do canal. Jost (2004; 2007) afirma que tais valores podem aparecer em documentos internos, na missão do veículo, ser identificados em entrevista de dirigentes e na identidade que a emissora tenta criar junto ao público. No caso da televisão pública, junta-se a esses fatores, a estrutura legal que define a forma de ser da emissora. Esse arranjo normativo define as formas de financiamento, gestão e indica quais os caminhos a programação deve seguir.

Na análise que Otondo (2012) faz sobre a chilena TVN, por exemplo, ela recupera parte da história da emissora, mostra sua organização jurídica e aponta aspectos de como se configura a programação.

Por isso, a definição de quais programas devem ser incluídos na grade de um veículo público não pertence a uma decisão solitária da diretoria ou de um departamento. A escolha dos programas e o modo de produção devem, por regra, atender ao que está determinado no projeto de cada canal, em suas normas de funcionamento.

Em relação a TVN, a emissora foi reestruturada no início dos anos 1990. O então presidente do Chile, Patricio Alwyn, apesar da necessidade política de ter de afirmar seu governo diante da população buscou meios de

garantir autonomia da emissora. Diferente do que ocorreu nos governos de Augusto Pinochet e Salvador Allende, quando a TVN não era nada mais do que um braço político (Otondo, 2012).

A lógica é de que na televisão pública, as decisões administrativas, de produção, de formatação e de distribuição do conteúdo não podem ser obscuras.

Na televisão privada o proprietário ou grupo de acionistas majoritários tem total soberania para decidir o andamento da empresa. Na televisão pública, o proprietário é uma entidade impessoal. Sem regras claras de designação de soberania o poder é exercido de fato se a indicação, controle e remoção dos dirigentes dependem diretamente do chefe de governo, a conduta do meio segue a orientação do governo. Estaremos falando de uma televisão governamental (OTONDO, 2012, p.123).

O exercício de ajustar a programação aos valores e as normas do canal não é simples. Não basta definir em quais horários os programas serão exibidos. As diretrizes de programação têm influência direta na grade, mas se estende até o sistema de produção. Nesse sentido, Nora Mazziotti (2002) defende que, a princípio, não existe um tipo de gênero impuro para ser veiculado na televisão pública. De acordo com a pesquisadora, tudo depende da forma como se dará a construção de cada produto.

Quem é adepto da ideia de que a programação desse tipo de canal só deve ter conteúdo educativo tende a considerar a telenovela como um produto de baixa qualidade e inadequado - provavelmente, por em uma concepção moralista, representar uma forma de escapismo da realidade. Mazziotti é contra essa idéia. Segundo ela, os produtores não devem esquecer que o público assiste à telenovela porque ela é uma trama envolvente. Retirar o melodrama e substituir por um tom didático pode representar a perda da audiência. O ideal, conforme Mazziotti, é evitar um discurso excessivamente formativo, cívico e cultural. “O melhor seria tentar, partindo do reconhecimento do potencial comunicativo da novela (...) escoar pequenas doses de elementos que procurem conduzir a inter-rogação, ou que despertem a curiosidade” (MAZZIOTTI, 2002, p.220).

E no caso brasileiro? Como se configura as diretrizes de programação da emissora pública nacional, a TV Brasil?

2. DIRETRIZES DA TV BRASIL

A TV Brasil entrou no ar em dezembro de 2007. Ela foi resultado da fusão de três emissoras: TVE do Rio de Janeiro, TVE Maranhão e TV Nacional de Brasília. A emissora pertence à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), estatal do Poder Executivo federal, vinculada a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom). A EBC substituiu a Radiobrás, por meio da lei 11.652 de 7 de Abril de 2008. Além da TV Brasil, a EBC, ainda, é responsável por gerir a NBR, canal de TV que faz a cobertura dos atos presidenciais, e também de nove rádios, entre elas a MEC FM e a Rádio Nacional.

A idéia de um projeto de televisão pública nacional começou ganhar forma em 2003. No Seminário Desafios da Televisão Pública, realizado pela TVE Rio de Janeiro, foi inaugurada uma série de discussões que iriam acontecer ao longo dos anos seguintes sobre a construção de um canal capaz de oferecer uma programação com condições de dialogar com o cidadão, como apontou a então presidente da TVE, Beth Carmona (2003).

A televisão pública foi colocada também como parte da agenda estratégica do Ministério da Cultura. Os debates levaram à realização do I Fórum Nacional de Televisões Públicas, em 2007. Em 10 de outubro do mesmo ano, foi editada a Medida Provisória 318 que substituiu a Radiobrás pela EBC. No dia 31, foram nomeados os membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração da estatal. Em 7 de abril de 2008, a MP foi convertida na lei 11.652.

A lei estabeleceu uma série de princípios que devem estar refletidos na grade de programação da TV Brasil. O artigo 20 tem os seguintes itens que são balizadores do que deve estar na tela:

III - produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas; IV - promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente V - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família; VI - não discriminação religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual; VIII - autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão; (BRASIL, 2008)

Na prática, a lei impede que a televisão pública tenha entre seus programas conteúdo popularesco, como programas policiais de fim de tarde ou que mostre dramas humanos de forma esdrúxula, exótica ou sexista. Há também a intenção da legislação em dar ênfase no conteúdo nacional e evitar que a produção estrangeira domine a programação. Já a descrição sobre os valores éticos e sociais reforça o papel da TV Brasil com um modo de TV mais “higienizado”. Isso pode se traduzir em um canal sem conteúdo violento, mas, dependendo da visão da direção, pode levá-lo a um certo encaminhamento moralista na definição do que deve ir ao ar.

A TV Brasil tem como regra também evitar que seus programas tenham conteúdo discriminatório. Na emissora, programas de humor que fazem piadas sobre negros, homossexuais e mulheres, por exemplo, são inadmissíveis. A priori, produzir com qualidade exige um esforço para atender a tais princípios.

A lei também determina que a programação deve ter autonomia em relação ao governo federal. O discurso está em linha do que estabelece as convenções internacionais de radiodifusão pública. No entanto, as críticas sobre a relação entre a EBC, que faz a gestão da TV Brasil, e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República são constantes. A Secom é o órgão superior da EBC e determina a verba anual da empresa. Pesquisadores e especialistas do campo da comunicação já expressaram sua preocupação sobre o vínculo EBC-Secom, como demonstra Eugênio Bucci (2015), no livro *O estado de narciso*. Segundo ele, a EBC tem uma vocação pública, mas sofre com impossibilidade de ser independente em razão dessa configuração jurídica.

A origem da dependência da Secom está ligada aos primeiros movimentos para a criação da EBC e da TV Brasil. Na pesquisa *Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados: a criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no Congresso e na Imprensa*, Edna Miotto (2012, p.268) afirma que “o caso da criação da EBC é ilustrativo de como um discurso que parece publicamente justificável (porque se sustenta na ideia de interesse público) pode esconder uma falta de abertura para discutir seus próprios pressupostos”.

O risco é de que o discurso de autonomia, de ser contra discriminação e ter conteúdo com finalidade educativa possa esconder a missão de fazer um papel de defesa governamental. Com certeza, esse aspecto é o mais sensível da EBC e que sempre lançará dúvidas sobre seus veículos, em es-

pecial a TV Brasil.

Novamente sobre a questão da programação, o artigo 30 da lei reforça aspectos já descritos no item anterior da lei. Um acréscimo relevante está na determinação de que a produção de conteúdo educativo, informativo e cultural deve manter o caráter competitivo “na busca do interesse do maior número de ouvintes ou telespectadores” (BRASIL, 2008).

Normas internas da EBC também tratam da programação da TV Brasil e dos outros veículos da empresa. De acordo com o regimento da empresa, a definição das políticas são deliberadas no Comitê de Conteúdo e Programação. O órgão é formado pelo diretor-geral, diretoria de jornalismo, diretoria de produção, diretoria de programação, superintendência de marketing e um representante de cada superintendência regional.

Entre outros aspectos, fica a cargo do comitê: avaliar a programação com base nas orientações do Conselho Curador, de pesquisas e outros instrumentos de mensuração; planejar a forma de aquisição de conteúdos audiovisuais e aquisição de direitos; deliberar sobre os conteúdos a serem produzidos por emissoras afiliadas para exibição na rede; estipular como deve ser a realização de programas especiais; e deliberar sobre propostas de mudanças na grade de programação. A execução das decisões ficam a cargo da diretoria de programação e de produção (EBC, 2015).

As instâncias deliberativas têm grande relevância nos veículos públicos. Esses órgãos podem ser comitês, como o mencionado anteriormente, mas, principalmente, colegiados que garantam a representatividade do cidadão. Nessa linha, o conselho curador da EBC foi criado pela lei 11.652 com a finalidade de zelar pelo cumprimento dos princípios e objetivos legais. Também deve deliberar sobre a linha editorial e a programação. O conselho é composto por 22 membros, sendo 15 representantes da sociedade civil.

3. PROGRAMAÇÃO DA TV BRASIL

Tendo o mês de dezembro de 2015 como referência, a proposta desta seção é fazer uma análise sobre como foi configurada a grade de programação da TV Brasil. A intenção é mostrar como se organizam os programas e a relação deles com o projeto que legitima a emissora.

À primeira vista, o que chama atenção na programação da emissora é a quantidade de conteúdo infantil. O período da manhã e praticamente

toda a tarde são dedicados às crianças. São desenhos, animações e séries que se sucedem ao longo do dia. Entre os títulos há clássicos, como Barney e Cocoricó, até conteúdo recém-produzido, como o Show da Luna. Percebe-se entre os títulos a predileção da emissora por um conteúdo formativo. A animação O Pequeno Einstein, por exemplo, ensina noções de física e matemática; O Teco Teco trata sobre curiosidades principalmente da história, geografia; Thomas e seus amigos tenta transmitir valores ligados ao comportamento e a educação.

A decisão da TV Brasil ter uma programação infantil é interessante porque nos veículos comerciais têm acontecido um achatamento cada vez maior desse tipo de conteúdo. A rede Globo, a maior emissora do país, encerrou há algum tempo os programas infantis da manhã. Outras emissoras reduziram significativamente as emissões dedicadas a esse público.

O segmento informativo é o segundo mais importante da TV Brasil. Os programas noticiosos estão presentes desde as primeiras horas da manhã. De segunda a sábado, às 7h30, a TV Brasil exibe a cada dia um programa de temática rural produzido por uma afiliada. O problema dessa medida é a falta de uma identidade do horário. Em vez de receber o material das emissoras parceiras e editar um programa próprio, a TV Brasil simplesmente reproduz o conteúdo. A medida dificulta a identificação do telespectador com o horário. Um dia ele assiste notícia só do Espírito Santo, no outro somente do Rio Grande do Sul e assim por diante.

O Repórter Brasil é o principal telejornal da emissora e é veiculado em dois horários, às 12h e às 21h20. A emissora também tem o Visual. Na descrição oficial, ele aparece como uma revista eletrônica para a comunidade surda. Na verdade, o programa faz basicamente um reaproveitamento das matérias do Repórter Brasil da noite anterior e inclui a tradução simultânea em libras. No horário das 20h durante a semana vai ao ar Fique Ligado. Ele é uma revista eletrônica que aborda, em especial, esporte, entretenimento e trata dos principais destaques do dia. Há também os programas dedicados ao esporte e à aventura, entre eles o Memória do Esporte Olímpico, Stadium e No Mundo da Bola.

O Caminhos da Reportagem é um programa de reportagens que está mesma esteira do Globo Repórter, Documento Especial, Conexão Repórter e outros. Em um formato mais documental, ele aprofunda um tema a cada semana. Já os programas de análise ocupam o horário da semana 23h. São eles, o Observatório da Imprensa e Ver TV, que se inserem na pro-

posta do media criticism; o Espaço Público e o Brasilianas.org, que abordam os mais variados temas com particular atenção à economia e à política. Há ainda revistas eletrônica dedicadas à música, à cultura e à saúde.

A ênfase nesses segmentos - infantil e informativo - mostram um certo esforço da TV Brasil em atender o princípio de ter uma prevalência de conteúdo de caráter educativo, cultural e informativo. Entretanto, certas práticas da emissora equivalem aos veículos comerciais. A principal delas é deslocar para o horário da madrugada o conteúdo que se propõe eminentemente educativo, ou seja, aquele que tem como finalidade promover o ensino e aprendizagem. É o caso do Telecurso e do TV é Ciência.

Um aspecto que pode ser considerado uma impropriedade da TV Brasil é a veiculação de programas religiosos. No sábado, às 8h, vai ao ar o Reencontro que é de responsabilidade da Igreja Batista. Aos domingos, às 7h tem o Palavras de Vida e às 8h a Santa Missa. Ambos são da Igreja Católica. Esses programas estão no ar desde a época da TVE. Em 2011, o Conselho Curador recomendou a retirada deles da grade, mas uma decisão judicial suspendeu a medida. O caso ainda está na justiça para ser decidido. O argumento básico dos religiosos é que a TV Brasil por ser pública deve respeitar o direito à crença e não pode retirá-los do ar porque já estão há anos na emissora. Por sua vez, a EBC e a TV Brasil afirmam que não podem privilegiar apenas um segmento religioso. Como uma tentativa de buscar um equilíbrio, a emissora produz o Retratos da Fé, que é um documentário que mostra um segmento religioso a cada programa.

Em relação aos espaços reservados ao cinema, a TV Brasil tem um papel fundamental na descentralização do audiovisual¹. A emissora é uma das principais exibidoras do cinema nacional, ao lado da TV Cultura e da rede Globo. Na lista de filmes divulgados nos boletins da programação semanalmente, sempre há filmes latino-americanos. Produções de países do oriente médio, África e Europa também aparecem eventualmente.

Em 2015, a TV Brasil também veiculou a telenovela Windeck. Produzida

1 Os dados de 2014 mostram que a TV Brasil foi a emissora que exibiu a maior quantidade de longas-metragens nacionais, 95 títulos. Em segundo, ficou a Globo com 91. Em seguida vem a TV Cultura, 89. SBT não veiculou nenhum filme nacional naquele ano. Band e Record exibiram 2 longas nacionais. Os filmes mais veiculados na TV Brasil foram: A Queda, Edifício Master, O Diabo à Quatro, Um Caipira em Bariloche. Cada um foi exibido cinco vezes. Na relação ainda tem Zuzu Angel, O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro, Pobres Diabos, entre outros. Até o fechamento deste artigo, os dados de 2015 não haviam sido divulgados.

pela Semba Produções, foi gravada na África e em Portugal com profissionais de ambos países. Windeck tem um caráter inédito para o público brasileiro em três aspectos: 1) Primeira telenovela africana exibida no Brasil: em 66 anos de história do meio televisão no Brasil, e diante da importância que ele tem, nunca um folhetim produzido na África havia sido veiculado aqui. Destaca-se também a baixa troca de produtos audiovisuais entre Brasil e África. Em geral, o que aconteceu é apenas o movimento de conteúdos feitos no Brasil serem levados para aquele continente; 2) Elenco majoritariamente negro: Algo pouco convencional. Uma das críticas, inclusive, que a telenovela brasileira recebe do movimento afro é sobre a representação do negro, quase sempre circunscrito a papéis de menor expressão na história; 3) idioma: apesar de compartilhar o mesmo idioma, Brasil, Portugal e os países da África Lusófona, guardam certa distância em termos de significados de algumas palavras e a pronúncia.

A trama de Windeck se passa em Luanda, na Angola, e mostra os bastidores da revista de moda Divo. A proposta da novela é contar o que as pessoas podem fazer para alcançar fama, ter glamour e poder. Em termos de atendimento à proposta do canal, em reunião do Conselho Curador da EBC, o conselheiro João Jorge fez uma exposição do que a telenovela representa: “ O mais importante é também trazer uma África real, a África que tem os cabelos lisos, a África que tem gente que quer acender rapidamente (...) Essa iniciativa é fundamental pra comunicação pública no Brasil” (CONSELHO CURADOR, 2014).

Os programas musicais também existem dentro da grade. Entre eles está o Samba na Gamboa, apresentado pelo cantor Diogo Nogueira. Há também o Sr. Brasil, uma produção da TV Cultura de São Paulo e com apresentação de Rolando Boldrim. A música erudita também tem espaço no Partituras.

Todo esse levantamento mostra que a TV Brasil optou por ter um grade de programação geralista, ou seja, que comporta dentro dela diversos segmentos de programas e que se destina a um público de alta demanda. A emissora precisa ter emissões destinadas aos diversos tipos de pessoas e distribuir esses programas na grade com base nas práticas da audiência disponíveis a cada horário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado aqui, a questão da autonomia para a TV Brasil - e sua gestora, a EBC - é uma dúvida candente, devido o relacionamento e dependência que mantém financeiramente da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Sempre haverá, por parte do público, uma dúvida se a entrevista com determinado ministro teve algum tipo intencionalidade espúria ou se a abordagem de um assunto político obedeceu a algum enquadramento que não seja o interesse público.

No que se refere aos princípios estabelecidos pela legislação sobre a programação, o projeto da TV Brasil encontra-se em linha com as recomendações internacionais referentes à radiodifusão pública. Percebe-se um esforço da emissora em ter conteúdo de caráter formativo, sem que isso se traduza na aplicação exclusiva da matriz do debate educacional-formal ou do debate acadêmico.

O que se pode observar da grade de programação analisada é a existência de diversos gêneros e regimes simbólicos. Do mesmo jeito que a emissora concede espaço para a música clássica, há também um horário para o samba e para a música popular; o cinema tem filmes autorais e de diversas nacionalidades e narrativas. A decisão de veicular uma telenovela também vai ao encontro dessa intenção de ser um veículo com característica popular. A emissora tenta romper a ideia de que a televisão pública se destina a um público intelectualizado ou deve ter uma postura professoral.

Pode-se dizer, então, que quatro são os fatores que guiam as diretrizes de programação da TV Brasil: 1) atenção particular às crianças: o volume de conteúdo para as crianças coloca esse público como primordial para a emissora; 2) informação e opinião: a emissora não oferece apenas a notícia, mas a interpretação sobre o que ela trata. Isso aparece dentro dos telejornais com a participação de comentarista e, também, nos diversos programas de debate e análise; 3) busca pela diversidade: a decisão de criar um programa que aborde diversas religiões é uma demonstração de que a emissora tem a diversidade como um valor em perspectiva; 4) apelo popular: existe um interesse em se comunicar com os diversos públicos, fator que aparece na inclusão de programas musicais e de ficção na grade.

REFERÊNCIAS

- BELTRAN, German Rey. O cenário móvel da televisão pública: alguns elementos do contexto. In: RINCON, Omar. Televisão pública: do consumidor ao cidadão. São Paulo: SSRG, 2002.
- BRASIL. Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 8 Abr 2008.
- BUCCI, Eugênio. Sobre a independência das emissoras públicas no Brasil. In: Revista Eptic online. Vol. 15, n.2, p.121-136, Mai-Ago., 2013.
- BUCCI, Eugênio. O estado de Narciso: a comunicação pública a serviço da vaidade particular. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- CARMONA, Beth et al. (orgs.). O desafio da TV pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade. Rio de Janeiro, TVE Rede Brasil, 2003.
- DINES, Alberto. Toda mídia é pública. In: CARMONA, Beth et al. (orgs.). O desafio da TV pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade. Rio de Janeiro, TVE Rede Brasil, 2003.
- EBC. Regimento interno da EBC. Brasília, 10 Jan 2015.
- FERNANDEZ, Valério Fuenzalida. Por uma televisão pública na América Latina. In: RINCON, Omar. Televisão pública: do consumidor ao cidadão. São Paulo: SSRG, 2002.
- JOST, François. Seis lições sobre televisão: Porto Alegre: Sulina, 2004.
- JOST, François. Compreender a televisão. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- JOST, François. Lógicas da tele-realidade. In: DUARTE, Elizabeth Bastos; CASTRO, Maria Lilia Dias (org.). Comunicação audiovisual: gêneros e formatos. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- LEAL FILHO, Laurindo. A melhor TV do mundo: o modelo britânico de televisão. São Paulo: Summus, 1997.
- LEAL FILHO, Laurindo. A TV sob controle: a resposta da sociedade ao poder da televisão. São Paulo: Summus Editorial, 2006.
- MACHADO, Arlindo. A televisão levada a sério. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- MAZZIOTTI, Nora. Narrativa: os gêneros televisivos na televisão pública. In: RINCON, Omar. Televisão pública: do consumidor ao cidadão. São Paulo: SSRG, 2002.
- MIOLA, Edna. Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados: a criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no Congresso e na Imprensa. 2012. 294f. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- OTONDO, Teresa Monteiro. Televisão pública: para quem e para quê? São Paulo: Anna-

blume, 2012.

UNESCO. Radiotelevision de servicio público: um manual de mejores prácticas. San Jose: Unesco, 2006.

WOLTON, Dominique. Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão. São Paulo: Ática, 1996.

Tiago Nunes Severino

É professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (Ifsuldeminas). Mestre em Imagem e Som pela Universidade Federal de São Carlos (Ufscar).

RECEBIDO EM: 16/04/2016

APROVADO PARA PUBLICAÇÃO: 30/04/2016